



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

CARAUBAS - RN  
2017

ADRIANA TATIANE SALES MAIA

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Artigo apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Profª Orientadora: Ms. Rúbia Kátia Azevedo Montenegro.

## O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Adriana Tatiane Sales Maia<sup>1</sup>  
Rúbia Kátia Azevedo Montenegro<sup>2</sup>

### RESUMO

A sociedade está cada vez mais globalizada, conectada a tudo e todos, para isso, hoje um mínimo de conhecimento é necessário sobre a linguagem e conceitos matemáticos e dentro desta perspectiva encontra a Educação de Jovens e Adultos. Contudo para alcançar êxito nessa área de ensino o coordenador pedagógico também pode ajudar no cotidiano escolar desempenha seu papel e compromisso pedagógico de forma geral para toda escolar. Desse modo, a coordenação desempenha uma diversidade de atribuições, sendo algumas corriqueiras, as quais causam um distanciamento de sua prática pedagógica, e assim surge a necessidade de confrontar teoria e prática. Assim sendo tendo como foco conhecer os caminhos percorridos por esses profissionais para alcançar sucesso no seu trabalho e visando estabelecer relações pedagógicas com o ensino na EJA que ocorre este estudo. Portanto, este artigo, ocorre por meio de uma revisão de literatura baseada em leituras sobre educação, especificamente área da Educação de Jovens e Adultos e de Gestão Escolar, como Souza, Seixas, Marques (1999), PCNs (1998), LDB (1996) e outros. Por razão a relevância desse estudo é de conhecer um pouco sobre a relação entre coordenadores e o ensino na EJA, diante do desafio da importância do ensino tendo como a superação das dificuldades de aprendizagem e melhoria da prática pedagógica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coordenador. Pedagógico. Desempenho. Jovens. Adultos.

### ABSTRACT

The globalization and the connection provided by the media, mainly through the computer science has provided a better communication between everything and everyone. Thus, it is necessary that all present knowledge about language and mathematical concepts especially those who are still without the necessary literacy, but seek to systematize the knowledge through the modality of Educação de Jovens e Adultos – EJA (Youth and Adult Education). The pedagogical coordinator plays an important role in achieving success in this area of teaching and thus helps in the daily school life. In this way, coordination plays a variety of assignments, some of which are simple and happening on a day-to-day basis, and these cause a distancing from their pedagogical practice. Thus, this study is based on the knowledge of the paths taken by these professionals to achieve success in their work and the establishment of pedagogical relationships with teaching in Educação de Jovens e Adultos – EJA (Youth and Adult Education). A literature review will be carried out based on reading about education,

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela UFRN – adrianatsales@gmail.com

<sup>2</sup> Orientadora Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Mídias na Educação e Psicopedagogia Institucional e Graduada em Letras – rubiakamontenegro@yahoo.com.br

specifically EJA (Youth and Adult Education) and School Management, such as Souza, Seixas, Marques (1999), Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) (National Curricular Parameters), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) (Law of Guidelines and Bases of National Education), and others. The relevance of this study is to know a little about the relationship between coordinators and education in Educação de Jovens e Adultos – EJA (Youth and Adult Education), given the challenge of teaching importance as a basis for overcoming learning difficulties and improving pedagogical practice.

**KEYWORDS:** Pedagogical Coordinator. Youth. Adult. Performance.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante o trabalho do coordenador pedagógico há muitos desafios. Entre eles está o de atualizar o professor na sua prática pedagógica, acompanhando o promover das atividades no decorrer das aulas e acompanhar professores de áreas específicas em suas atividades didáticas. Assim, ele estabelece diversos vínculos e relações interpessoais na escola ao desenvolver as múltiplas atividades que caracterizam a sua função.

Entanto, professores e coordenadores encontram várias barreiras quando se trata do ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por ser uma modalidade de ensino e que vem acompanhando durante vários séculos as necessidades e interesses de evolução das sociedades. E como agentes articuladores do conhecimento esses profissionais devem estar atentos à transformações da sociedade e serem consciente que é necessário uma ação educativa que seja planejada como mediadora de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, reflexões e ações de seus alunos.

Assim esse artigo é resultado de dados de caráter qualitativos sobre as ações dos profissionais da educação, o apoio ao utilizar obra necessariamente, como os referenciais teóricos para o desenvolvimento do artigo, mas pela importância de suas contribuições sobre a temática apresentada. Para adicionar o desenvolvimento do trabalho apresentamos o objetivo de destacar a relevância do papel do coordenador pedagógico e o EJA. Tendo em vista, que a suas práticas, quanto sua formação dita sua conduta, dessa forma este trabalho poderá fortalecer essa compreensão pedagógica, dinâmica e funcional.

Este artigo está organizado em dois tópicos, a saber: a) breve histórico do ensino de EJA, que vem apresentar aspectos históricos e teóricos quanto e além de sua importância na sociedade atual. b) A coordenação pedagógica em diálogo: identidade, papel e formação. Consiste em didaticamente apontar o coordenador pedagógico no seu espaço de trabalho,

## 2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

### 2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A educação popular na história popular na história na educação brasileira mostra que a necessidade de qualificar os cidadãos vem deste do período colonial, com ação dos jesuítas, porém mais com o caráter religioso do educacional. É só no final do Império e início da primeira República que a Educação popular no país surge como reação à economia que começava a se transformar. De acordo com Souza (2007, p. 12), “a instrução gratuita para todos os cidadãos é garantida pela Constituição de 1824 e foi ampliando até hoje”.

Somente na segunda metade do século XIX, surgem movimentos para estabelecer uma política de educação de Adultos no país. Somente em 1922, o movimento dos Pioneiros da Educação defendeu o acesso da população mais pobre à escola. Inicia-se no cenário brasileiro um debate sobre o seu sistema educacional. Porém, Educação Popular só ganhou forças entre os anos 50 e 60.

Nesse percurso, em 1958, acontecia o II Congresso Nacional de Educação de Adultos que teve como a participante Paulo Freire, defendendo sua tese “Educação e Atualidade Brasileira”. A Educação Popular recebia contribuições do método de alfabetização de adultos em 40 horas, de Paulo Freire, que se expandia pelo Brasil. É criada, em 1961, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual “Permitia aos maiores de 16 anos a obtenção de conclusão de curso ginásial, em dois anos, no mínimo, e três no máximo, após estudos realizados sem observância do regime escolar” Lei 4.024/61, Art. 99 (Apud SECD, 2005 v. 10, p. 10).

Com apoio do movimento de Educação de Base (MEB), o estado do Rio Grande do Norte foi percorrido na Educação Popular e de Adultos. A capital Natal passava por um aumento de população devido ao frequente êxodo rural e pela instalação da base militar, na segunda Guerra Mundial, o que ocasionou grande nível de analfabetismo no município.

Para combater o êxodo rural, criam-se as escolas radiofônicas, apoiadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as quais tinham propostas de um programa de educação de base pelo rádio com auxílio de monitores na comunidade para orientação das aulas. Também desenvolvia nos alunos a consciência crítica e a liberdade social.

Na mesma época, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, cria a Secretaria Municipal de Educação e “desse modo, estabeleceu como uma das prioridades da sua administração a erradicação do analfabetismo” (SECD, 2005, v. 10, p. 05). Nasce assim, a campanha de Pé no Chão também se aprende a ler, que incluía alfabetização e escolarização infantil, ensino para jovens e adultos, apenas ministrados no turno da noite. Foi auxiliado por livros e pelo método de Paulo Freire. A campanha ultrapassou os limites da capital, alcançando outros municípios e assim com apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, a campanha promoveu, nas comunidades adultas, acesso à cultura e a ideia de melhorar de vida.

Diante dessa consciência crítica que despertava a Educação Popular, em 1964 a ditadura militar silenciou as experiências educacionais adquiridas até o momento. Passou-se para o poder militar a direção política educacional, assim “A educação de adultos é assumida e institucionalizada como modalidade de educação de jovens e adultos pelo Governo Central” segundo a SECD (2005, v. 05, p. 07).

O governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL para dar continuidade à erradicação do analfabetismo, porém tinha somente a finalidade de ensinar a ler, escrever e resolver cálculos seguindo a proposta do método de Paulo Freire. O Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares-SACI instalou-se “com o objetivo de testar uso rádio e TV em educação, melhorar a qualidade do ensino no meio rural” segundo a SECD (2005, v. 04, p. 07). Nesse contexto, foi criada a Educação a Distância, além do uso do rádio e T, surgia o livro impresso, vídeo e computador para quase todos os níveis de escolaridade.

A estrutura de ensino foi modificada no regime militar. A lei de Diretriz e Bases, 5.692/71, surge com um capítulo dedicado à escolarização de adultos, “com destaque para o artigo 24, que afirma suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”, LDB (apud SECD, 2005, v. 10, p. 10). Nasce, assim, o ensino supletivo de acordo com parecer 699, de Valnir Chagas. Como solução para essa modalidade de ensino, o Ministério da Educação e Cultura implanta os Centros de Supletivos pelo Brasil.

O ensino supletivo ganhava organização para atender as necessidades do aluno, tanto individual quanto a distância. Aquele aluno fora de faixa, já alfabetizado, poderia se inscrever nos Centros de Estudos Supletivos (CES) e receber o material pedagógico para o ginásial, dividido por módulos, desenvolvendo, assim, a autoaprendizagem. Caso o aluno apresentasse dúvidas, poderia marcar consultas no CES matriculado. Ao final dos estudos, fazia-se uma prova escrita para a qual era exigido 100% de acertos. Caso contrário,

permaneceria no mesmo nível. Somente com o “parecer 03/88, o 2º grau é implantado no CES, mantendo a mesma dinâmica, a qual era diferenciada na avaliação, em que se estabelecia 80% de acertos” (SECD, 2005, v. 10, p. 10).

A educação a distância também contou com a iniciativa privada para auxiliar a continuidade dos estudos de jovens e adultos. Algumas emissoras de televisão, também contribuíram para o ensino de jovens e adultos, os programas eram transmitidos em todo território nacional. O telecurso 2º grau, 1978, tinha as disciplinas divididas em três fases, com uma linguagem educacional apropriada para a TV. Com as mesmas propostas, surge em 1981, o telecurso 1º grau, e, 1995, o telecurso 2000. Ao longo dos programas, divide-se 1º e 2º grau, e profissionalizante em mecânica.

A Constituição Federal de 1988 assegura a extensão da obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica para jovens adultos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Porém, na década de 90, a Educação de Jovens e Adultos - EJA é vista como uma política educacional desnecessária, pois no Brasil havia “a propagação do pensamento neoliberal, o qual considerava a escolarização de adultos analfabetos um gasto sem retorno para o sistema produtivo” (SOUZA, 2007, p. 19). Assim, a história da EJA no Brasil chega aos anos 90 com o desafio de superar as barreiras e continuar em frente na luta contra a desigualdade social.

A Educação de Jovens e Adultos como atividades supletiva presencial ou a distância desperta esperança nos alunos brasileiros, dando-lhes oportunidades de exercer com dignidade a sua cidadania. Os alunos EJA têm possibilidade de interagir com a sociedade melhorando sua condição de vida.

## 2.1 AÇÕES DOCENTES E MULTICULTURALISMO NO CONTEXTO DA EJA

No que diz respeito uma retrospectiva histórica e conquista dentro do sistema educacional, podemos observar e caracterizar essa modalidade de ensino a uma reflexão sobre a prática pedagógica identificando as dificuldades e possibilidades que a EJA conquistou até hoje. O trabalho do professor enquanto profissional da Educação, seu fazer pedagógico entre o ideal (constante na Legislação) e o real (a prática como ela realmente acontece). Pois, essa modalidade de ensino, a partir do século XXI, adquiriu o direito do exercício da cidadania e condição plena de participação na sociedade, incluindo qualificação profissional.

Sendo assim, todos devem ter acesso garantido à educação, mesmo que na idade adulta, fora da faixa etária, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 37, prevê que aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria podem ser atendidos por meio da oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A Lei ainda

diz que, “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente àqueles que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”.

O trabalho do professor em turmas de EJA deve estar voltado para a inclusão destes alunos novamente à sala de aula, haja vista que os alunos que frequentam a EJA são alunos fora de faixa, que deixaram de estudar a anos e, no geral, sentem-se desestimulados para voltar aos estudos, enfrentam vergonha, timidez e dificuldades, enfim, as diferenças culturais presentes em sala de aula, tornam-se um desafio para estes alunos. Sobre os desafios enfrentados pelos estudantes da EJA, Ferro; Pinheiro (2015), afirmam que:

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto campo de conhecimento, encontra-se marcada por desafios, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos inerentes à pluralidade de culturas, presentes na sociedade contemporânea e no espaço escolar. Nesse sentido, um dos maiores desafios posto para o professor da EJA é o de desenvolver ações docentes, relacionadas às diferenças socioculturais dos alunos presentes em sala de aula, sendo estas de ordem religiosa, faixa geracional, étnica, de gênero, condição sexual uma vez que, as mesmas, se enquadram em marcadores identitários que costumam ser silenciados e, até mesmo, estereotipados (FERRO; PINHEIRO, 2015, p. 100).

Neste sentido, precisamos pensar a EJA no seu currículo e as práticas pedagógicas a partir das diferenças socioculturais dos estudantes, fazendo o mapeamento das diferenças entre os estudantes e o seu meio social. Dessa forma, selecionar os conteúdos e temáticas de discussão, que concebam a participação ativa, adaptando a realidade de seus sujeitos, valorização da diversidade cultural, entre outros aspectos. Ou seja, não podemos nos limitar apenas a ação de ensinar os conteúdos programáticos, mas termos a capacidade de observar nossos alunos da EJA em uma visão de mundo acessível a eles.

Porém é uma tarefa que requer muito empenho por parte do educador, tendo a missão de buscar meios de integrá-los, tanto à vida educacional, pois somente ler e escrever não são suficientes, como também proporcionar-lhes um entendimento de que eles precisam compreender as informações, produzir seus próprios textos formulando novas ideias e conceitos, e não somente aprender a ler e a escrever, como muitos pensam e, além do mais, não sabem o significado de saber ler e escrever.

Como afirma Cagliari (2008):



É preciso conversar a respeito do que significa aprender a ler e a escrever, o que se faz com que esses conhecimentos, em que sentido a vida das pessoas se modificam depois que aprendem a ler e escrever, quais as previsões de uso desse conhecimento pelo resto da vida, fora da escola (CAGLIARI, 2008, p. 107).

Pensando nisso a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) surge como forma de levar a rede pública de ensino uma nova oportunidade para esses alunos, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar. Assim, nunca é tarde para voltar a estudar, para buscar conhecimentos, para ser um cidadão crítico e ativo na sociedade onde se convive.

Sobre os alunos que abandonam os estudos e volta a estudar depois de adultos, quando passa a reconhecer o valor do conhecimento escolar em um terminado ponto da vida, então depara-se com a necessidade dos estudos, quando já tem passado pela fase escolar e assim passa a buscá-lo. De acordo com Pedroso (2010):

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não sentirem-se atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras. (PEDROSO, 2010, p. 45).

Assim, vemos que as causas de não ter se alfabetizado na infância podem ser várias, situação financeira familiar, trabalhar para sobreviver, distância da escola para casa, ausência de transporte ou mesmo não ter acesso a escola no local onde mora e até mesmo a evasão escolar, entre outras causas, como vimos na citação acima.

Como já citamos, a Constituição Federal de 1988 assegura a extensão da obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica para jovens adultos que a ela não tiveram acesso na idade própria. E deste então, a EJA vem ganhando espaço dentro do espaço educacional, desta forma, leis são elaboradas que ampare cumprindo as prerrogativas da educação para todos conforme disposto na Lei no 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 37, vemos o interesse do sistema educacional em despertar o valor do ensino, desenvolvendo princípios que norteiam o enquadramento da oferta, do funcionamento, organização pedagógica e dos espaços, entre outros aspectos que formalizam e estruturam a modalidade.

E para atender essa demanda nacional o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas também, vem proporcionar os meios para o acesso do jovem, adultos e também do idoso que não conseguiu concluir sua educação básica na idade prevista, ter acesso por intermédio do Estado. Sobre o ingresso da pessoa idosa na EJA, verificamos que:

Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. (BRASIL, 2014, p. 78).

Portanto, apesar dos avanços, todos os anos há um bom número de matrículas na modalidade de EJA, mas com a continuidade das aulas esse aluno vai sumindo. É notório que eles vão fugindo dos desafios. Por esta razão as Diretrizes operacionais do RN procuram retomar a discussão em volta do currículo, que é uma dificuldade enfrentada pelas maiorias das instituições da EJA, pois nem sempre os mecanismos de regulação são suficientes para garantir acesso e qualidade ao ensino dos nossos jovens e adultos.

### **3 A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM DIÁLOGO: identidade, papel e formação**

Muitos são os cargos que podemos encontrar em um ambiente escolar, entre eles o de coordenador, que desempenha uma função muito importante no desenvolvimento pedagógico do processo ensino aprendizagem do educando e do docente. Esse profissional da educação estabelece o elo entre o conhecimento e a prática pedagógica em sala, estando sempre atento a novos caminhos e possibilidades para melhorar o ensino.

Nessa trajetória do trabalho educacional encontramos a escola. É nela que concentraram todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento. Para isso, alunos, professores e coordenadores escolares devem está inserido e plenamente ativos nas atividades propostas dos projetos da escola, para que todos possam desenvolvem a arte dos saberes na construção de sua identidade e formação de cada um.

Na prática do coordenador as relações interpessoais geradas pelo ambiente de trabalho são o elo para o processo de suas atividades escolares, sem elas não há articulação dos saberes com a prática. Sobre essa ação pedagógica que Lima (apud Piletti, 1998, p. 46) no diz a respeito do coordenador pedagógico:

acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional; c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo; d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Desse modo, o coordenador é um agente de transformação no ambiente escolar, pensando como este profissional que está em fase de conquista do seu espaço que discutiremos sobre alguns aspectos elencados aqui.

### 3.1 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Identidade é termo usado para definir “o conjunto de características próprias de um indivíduo, durante o exercício de uma determinada função”, conforme De Oliveira (apud Houaiss e Villar, 2001, p. 1565). No entanto temos a identidade pessoal (reservado), identidade (pertence ao indivíduo na sociedade que está inserida) e identidade profissional (conhecimentos formais de uma área). Então é fato que a identidade do coordenador pedagógico é um processo contínuo das experiências profissionais como professor, isso será entre sua formação acadêmica através do curso de pedagogia até a atuação nas escolas, pois oferece amplo campo de conhecimento da educação.

A busca da identidade profissional passa assim por uma construção das somas das relações adquiridas no campo do desenvolvimento de suas competências. Esse processo de totalidades é constituído através de suas experiências em sala de aula, pois antes de ser coordenador escolar, espera que haja experiências da docência em seu currículo. Ou seja, antes da identidade funcional de coordenador esteja a identidade da docência.

Porém, essa formação da identidade do coordenador pedagógico existe um caminho inverso em relação ao do professor, nessa nova fase profissional há uma nova formação de ideias, conhecimentos e experiências por está diretamente ligado a gestão da escola. Agora além das atividades pedagógicas também estará diretamente engajado em partes

institucionais, democráticas e curriculares, na qual desenvolve habilidades para assimilar e colocar em prática suas novas competências.

Diante dessa realidade, muito se comenta sobre a identidade do coordenador pedagógico dentro das escolas, pois muitos desses profissionais estão assumindo funções que não são atribuídas ao seu cargo ou mesmo assumindo áreas para preencher vagas ausentes no ambiente escolar, deixando assim lacunas. Na realidade a função desse profissional é muito mais do que vigiar alunos em corredores, substituir professores ausentes ou fiscalizar as aulas dos professores.

Assim em seu cotidiano o coordenador passa por momentos de conflito em sua identidade educacional/profissional, vivendo dilemas sobre sua verdadeira atuação dentro das escolas. A própria equipe escolar talvez não tenha consciência sobre o papel deste profissional, buscando para realizações de tarefas que não dentro de suas funções. Portanto o coordenador passa a ser visto como um professor, apoio, secretário e diretor da escola, mas o papel dentro da instituição é muito mais que isso.

### 3.2 O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Segundo Libâneo (2004, p. 179) “quem coordena tem a responsabilidade de interagir, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas áreas de trabalho de diversas pessoas”. Sendo assim o verdadeiro papel do coordenador pedagógico tem como objetivo: assegurar a qualidade do processo ensino aprendizagem cuidando do pedagógico, atualizando os professores através de formação continuada, trazendo para os planejamentos subsídios que possibilite transformações nas práticas de sala de aula. Ele é responsável por aprimorar a prática escolar junto com toda a equipe, trazendo reflexões das práticas por meio da elaboração dos projetos e registros dos trabalhos desenvolvidos nela.

O coordenador deve acompanhar diariamente o andamento da escola como um todo: verificando se cada orientação passada está evoluindo ou não. Desse modo, o coordenador é um administrador do andamento das atividades escolares a serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo, trabalhando de forma coletiva, a fim de promover o sucesso pedagógico da escola, agora que ele também faz da gestão escolar.

No corpo discente o coordenador deve estar diretamente em comunicação com eles, pois são deles a base do seu trabalho: sala de aula, conteúdo, orientação, dificuldades de aprendizagem e o professor. Cabe ao coordenador organizar atendimento diferenciado, a partir da identificação nas áreas de maior deficiência junto ao professor tentar suprir as

dificuldades detectadas. Também podemos destacar como função desse profissional em relação aos alunos é participação deles nas atividades pedagógica da escola.

As ações que são voltadas para o corpo docente são mais amplas, considerando que o coordenador é um facilitador da formação continuada dos professores. Porque as habilidades da prática podem ser desenvolvidas no ato de planejar com os professores de cada área do conhecimento de forma individual ou coletiva. Para isso deve estabelecer um diálogo firme e imparcial com os professores, para haver favorecimentos ou “vistas grossas”. Conhecer o projeto político pedagógico da escola, reconhecendo seu valor e aplicabilidade em conjunto os planos de aula. Estabelecer uma relação entre a teoria e prática dos temas abordados em sala, respeitando a individualidade e autonomia dos professores a cada planejamento, elaborando uma rotina diária de acompanhamento das atividades.

Dessa forma, prática pedagógica no processo formativo é intensamente ativo, pois pode:

Construir relações entre todos os envolvidos na escola, usando como meio a interdisciplinaridade e socialização.  
 Promover encontros internos e externos, na busca de aperfeiçoar a prática através de cursos.  
 Trabalhar com a diversidade de disciplinas, a fim de compartilhar os saberes.  
 Acompanhar a movimentação de tudo que acontece dentro do ambiente de trabalho, na busca de conhecer a metodologia empregada.  
 Investigar os problemas, buscando soluções e alternativas para amenizá-los.  
 Intervir no que for possível nos andamentos do planejamento e auto avaliar-se, reconhecendo quais das suas ações realmente obtiveram êxito ou não contribuíram para a formação de sua identidade, formação continuada do professor e formação do aluno. (BRASIL, 2014, p. 78)

Sabendo qual é o papel do coordenador, podemos então, pensar no seu agir. Ele deve ser significativo para gerar meios, para influenciar uma reflexão das práticas pedagógicas. Trabalhar de forma coletiva, dinâmica e prazerosa para todos os envolvidos no processo de planejar. Esse momento é de troca de experiência, na qual concretiza-se as ações trabalhadas no pedagógico da escola.

O momento com o coordenador deve ser mais explorado e rotineiro para o progresso da educação. Então o que se esperar de um coordenador escolar? Que ele possa estar sempre atento às mudanças, buscando capacitar cada vez mais com pós-graduações, cursos e congressos, mas não adianta muita informação se não as compartilhar e colocar em práticas junto a equipe escolar.

Porém, os professores e até mesmo os coordenadores reconhecem que o papel deles está na prática longe de ser algo bem-sucedido, pois o exercício de atividades extra de sua função vem sobrecarregando deixando afastado do seu real papel. Hoje é fato que os coordenadores pedagógicos estão com sua identidade comprometida, as atividades que são impostas a eles estão mascarando quem na verdade eles são e o que podem fazer.

Outro fato curioso desse profissional é atuação nos níveis de ensino, possivelmente a maioria dos coordenadores trabalhem na educação básica, sendo em grande parte no ensino infantil e uma outra trabalhem no ensino fundamental dos anos iniciais e pouco se ver falar dos níveis de ensino. E dessa realidade do ensino fundamental são profissionais que atuam nas escolas da rede particular de ensino, na rede pública há uma defasagem dessa área da educação. De modo, temos somente a figura do coordenador dentro das escolas, personificadas como um agente para suprir as necessidades que possam a vir dentro no ambiente escolar.

### 3.3 A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

O profissional da educação ao longo da história já passou por diferentes papéis, seguindo as necessidades da sociedade e com isso surgiram as garantias de melhorias de trabalho. Foi isso que motivou grandes educadores como Herbert, Montessori, Emília Ferreira, Paulo Freire, Libâneo, Saviani e outros a darem suas contribuições para o ato de ensinar.

No século XX, com a implantação no nível de ensino médio do curso normal, que o exercício do magistério ganhou força, pois o objetivo do curso era formar professores através de ações metodológicas e padronizadas. Somente em 1996 na implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabeleceu a exigência da formação em curso superior de graduação plena para atuar no exercício do magistério na educação básica.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9394/96, para atuar na coordenação é preciso ter formação inicial em nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação. Assim, como pré-requisito fundamental para o exercício da função, segundo o Art. 67, parágrafo único da referida lei, é necessária a experiência docente para atuação como Coordenador Pedagógico (BRASIL, 1996).

Desse modo, a pedagogia é o carro chefe para o profissional que deseja está à frente dos trabalhos pedagógicos de uma escola, visto que nesse curso de licenciatura plena ele adquire conhecimentos necessários para sua atuação em quanto coordenador. Porém ao

concluir o curso, não é indicativo que sua formação esteja estagnada, mas o início de uma longa carreira profissional, pois quando adquire o conhecimento é capaz de realizar ações acontecendo assim o conhecimento.

A formação do docente atualmente é definida pelo conhecimento no processo de aprendizagem. Esta se transforma em saber, no entanto são esses saberes relacionados com um contexto que possibilitam a formação do professor. O primeiro passo é formação acadêmica da área de ensino em que se pretender atuar (saber disciplinar) e prolongar se com a prática de sala de aula através dos conteúdos ministrados em sala (saber curricular). Também são suas atitudes no campo profissional os conhecimentos teóricos (saber da tradição pedagógica) que configuração sua identidade, para isso é importante o professor em seu ambiente de trabalho estabeleça rotinas, técnicas e metodologias (saber experimental) que facilite sua atuação, bem como ter segurança de conteúdo e de sala de aula (saber da ação pedagógica).

Quando os pedagogos assumem os cargos de coordenadores pedagógicos determinam suas próprias identidades profissionais no decorrer de suas experiências e definem sua função dentro da escola. Assim para esclarecer sobre a formação do coordenador pedagógico, seu espaço de trabalho será o primeiro passo, pois nesse ambiente o contexto da ação pedagógica junto com as reflexões dos professores afirma as lições entre a teoria e pratica. Portanto a escola assume como a primeira formação continuada.

Como formação continuada os coordenadores pedagógicos ainda participam de curso de extensão ou especializações e oficinas, nas diversas áreas dos conhecimentos, que posteriormente reproduzem para seus professores.

#### **4 O COORDENADOR PEDAGOGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Pensar a ação docente na EJA através da coordenação pedagógica, é fundamental, pois é o pedagogo pode contribuir de forma eficaz na prática educativa através de uma ação parceira na comunidade educativa, pensando metas de um planejamento voltado para a realidade dos educandos. A função do coordenador pedagógico consiste em pensar metas, estratégias de ações que garantam um trabalho articulado que contribua para formação de qualidade na parceria família/escola/docente/discente/gestão escolar. É este ator que contribui para favorecimento a “reflexão sobre a prática educativa”, segundo Libâneo (1994, p. 54).

É bem verdade que na rotina diária, a ação deste profissional se confunde com as ações administrativas, pois o profissional muitas vezes se delimita em resolver outros questionamentos e decisões que remete a gestão escolar. Isso por consequência acontece em alguns casos, por que estão inseridos em contextos que remete um olhar confuso e incerto sobre a prática pedagógica, por adequação na gestão escolar ou por este trabalho está em constante processo de entendimento.

Quando paramos para pensar na ação docente na EJA em sala de aula esbarramos nas dificuldades pedagógicas que as escolas enfrentam, é fundamental, olharmos também na prática educativa através da ação função do coordenador pedagógico. Durante o trabalho do coordenador pedagógico há muitos desafios, pois como que na rotina diária, a ação deste profissional se confunde com as ações administrativa, pois o profissional muitas vezes se delimita em resolver outros questionamentos e decisões que remete a gestão escolar.

Outro desafio está o de atualizar o professor na sua prática pedagógica, acompanhando o promover das atividades no decorrer das aulas e acompanhar professores de áreas específicas em suas atividades didáticas. Assim, ele estabelece diversos vínculos e relações interpessoais na escola ao desenvolver as múltiplas atividades que caracterizam a sua função. Klein; Freitas (2011), em seus escritos explicitam que:

o despreparo do corpo docente para trabalhar com a especificidade da EJA, [...] muitas vezes o professor não valoriza a experiência de vida que este aluno já traz consigo, como trabalhador, como adulto inserido num processo de produção. (KLEIN; FREITAS, 2011, p. 4).

No entanto, professores e coordenadores encontram várias barreiras quando se trata do ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por ser uma modalidade de ensino e que vem acompanhando durante vários séculos as necessidades e interesses de evolução das sociedades. E como agentes articuladores do conhecimento esses profissionais devem estar atentos a transformações da sociedade e serem consciente que é necessária uma ação educativa que seja planejada como mediadora de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, reflexões e ações de seus alunos.

Neste contexto, observamos a dificuldades que um aluno fora de faixa tem ao retornar à escola, obstáculos a serem superados pelos os alunos e professores para seguir a jornada, assim é importante rever o papel da educação no desenvolvimento e na formação do homem moderno, para que haja uma atenção especial esses alunos que são provenientes da EJA, seja



ele do campo ou da cidade, pois eles têm os mesmos objetivos dos alunos que completam seus estudos no tempo regular.

Fomentar a integração da Educação de jovens e adultos com a Educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de Educação a distância (BRASIL, 2014, p. 63).

No entanto, entendemos que o coordenador de Educação de Jovens e Adultos precisa prevalecer-se de estratégias diversificadas para trabalhar e atualizar seus professores sobre as diversas atividades diárias, que circulam na sociedade e que estão relacionados com a experiência e realidade destes, desenvolvendo projetos que estimulem a estabilidade na escola, e que os professores busquem formação específica continuada para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da sua leitura para assim estimular seus educandos.

O coordenador pedagógico é um dos principais incentivadores dos professores dos jovens e adultos, e necessita também assumir uma postura mais moderna, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir das necessidades apresentadas pelos seus alunos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista a relevância do tema apresentado, procedemos uma análise sobre a educação de jovens e adultos, quem os sujeitos envolvidos, em especial o trabalho do coordenador pedagógico. Este estudo contou com leitura bibliográfica que oportunizou o conhecimento mais amplo acerca dessa modalidade de ensino e detectar as dificuldades que um aluno fora de faixa tem ao retornar à escola, com obstáculos a serem superados para continuar os estudos, esses obstáculos são marcas de um eco do passado, que insiste em permanecer como erva daninha marcando um cenário educativo escuro e distante do cenário estudantil deste público alvo.

Foi possível constatar a face desse programa de educação, o ensino nessa modalidade é uma empreitada que exige muito do profissional, esforço e dedicação. Durante o andamento do docente da EJA são descobertas atitudes de idealizar o currículo e abranger as experiências escolares que se estendem em torno do conhecimento, as relações sociais, buscando articular vivência e saberes dos estudantes por meio dos conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir suas identidades.

Com a convivência dentro dessa modalidade e o conhecimento em formações para atuar na EJA, compreendemos que a educação voltada para esse público deve ser pensada como um processo educacional específico, que não esteja apenas fundamentado na idade das pessoas participadoras, mas sim por características socioculturais que apontam à necessidade de uma proposta político pedagógica diferenciada daquela que é voltada para a criança do ensino fundamental regular.

Portanto, percebemos que a missão do coordenador é estar preparado de acordo com a teoria e ter uma prática pedagógica efetiva, para organizar melhor às estratégias de intervenção junto às dificuldades apresentadas por seus alunos da EJA e seus professores. Com essa análise, raciocinamos sobre sua responsabilidade em idealizar um aprendizado particular, como também grupal, para buscar interferir e modificar a realidade desses sujeitos que passam a vida tentando se adequar na sociedade.

No entanto, entendemos que o coordenador pedagógico de Educação de Jovens e Adultos precisa prevalecer-se de estratégias diversificadas para trabalhar diversas atividades diária em sala de aula, utilizando materiais e textos diferentes que circulam na sociedade e que estão relacionados com a experiência e realidade destes, desenvolvendo projetos que estimulem a estabilidade na escola, e que os professores busquem formação específica continuada para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da sua leitura para assim estimular seus educandos. Desta forma o coordenador pedagógico é um dos principais incentivadores desses jovens e adultos, e necessita também assumir uma postura mais moderna, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir das necessidades apresentadas pelos seus alunos.

Foi visto que os obstáculos para o coordenador pedagógico em realizar suas funções reais, pois há uma má interpretação de seu papel dentro das instituições. Neste contexto, é importante rever o papel da educação no desenvolvimento e na formação do homem moderno, para que haja uma atenção especial esses alunos que são provenientes da EJA, seja ele do campo ou da cidade, pois eles têm os mesmos objetivos dos alunos que completam seus estudos no tempo regular.

Assim sendo o foco desse estudo conhecer os caminhos percorridos por esses profissionais para alcançar sucesso no seu trabalho e visando estabelecer relações pedagógicas com o ensino na EJA, concluímos que essa modalidade de ensino, mesmo sendo garantida por lei sua oferta de ensino, ainda há descasos com os alunos, professores e seus coordenadores.

Por razão a relevância desse estudo de conhecer um pouco sobre a relação entre coordenadores e o ensino na EJA, trouxe uma ação reflexiva sobre essa modalidade, pois ainda encontramos embates processuais que vão além da teoria. O desafio do sistema educacional é sair funções de pareceres e lei e sim colocar e valorizar a prática e a importância do ensino tendo como a superação das dificuldades de aprendizagem e melhoria da prática pedagógica, assim precisamos além de políticas públicas, temos que pensar estratégias de superação do déficit de alunos que embora matriculados continuam distante de alcançar sua liberdade educativa, pois o conhecimento adquirido não remete os contextos onde estão inseridos e assim jamais compreenderão a essência do saber ofertado. De nada adianta se ter um currículo de papel, se na prática este saber é mecanizado e voltado para obrigações curriculares que não condiz com as vivências locais os sujeitos usuários desta política.

Ao escolher o caminho da escola, os jovens e adultos escolhem ter uma vida bem-sucedida para promover o seu desenvolvimento pessoal e melhorar sua autoestima, mesmo que seja dentro da vida diária em meio a sua existência social e familiar, como também profissional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Wagner/Meus%20documentos/Downloads/constituicao\_federal\_48ed.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Editora do Brasil S/A

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13005/2014. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Línguas Estrangeiras**: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bú**. São Paulo: Scipione, 1998.  
COORDENADORES PEDAGÓGICOS: IDENTIDADE, DESAFIOS E ATRIBUIÇÕES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM UMA ESCOLA DE BELÉM – PA Disponível em [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23872\\_12415.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23872_12415.pdf). Acesso em 10 de outubro de 2017

FERRO, Jenaice Israel; PINHEIRO, Rosa Aparecida. **A ação docente e o currículo na EJA: um repensar a partir das diferenças socioculturais dos alunos.** Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 3, nº 5, 2015.

KLEIN, Clovis Ricardo; FREITAS, Maria do Carmo Duarte. **Motivos do abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos: estudo de caso escola do Paraná.**

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola.** Goiânia; Alternativa, 2004.

O coordenador pedagógico e sua Identidade profissional. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/1958/1695> acesso em 15 de Outubro de 2017

Parecer CNE/CEB Nº: 23/2008 disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023_08.pdf) Acesso em 26 de setembro de 2017

PEDROSO, Sandra Gramilich. **Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos.** In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010.

Resolução 48 disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/reintegracao-social-1/anexos-reintegracao-social/resolucao-48-2012-novas-turmas-eja.pdf/view> . Acesso em 23 de outubro de 2017

Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos. Educação de Jovens e Adultos: **Natal, anos 60: De pé no Chão também se Aprende a Ler e Círculos de Cultura.** V. 01 In recuperar 50 anos para avançar. Natal 2005.

\_\_\_\_\_ : **Educação Popular no Rio Grande do Norte.** v. 02 1958 -1964

\_\_\_\_\_ : **A EJA na Educação a Distância,** v.4

\_\_\_\_\_ : **A Educação de Jovens e Adultos e sua Trajetória na SECD,** v.10

SOUZA, Joana Darc Benevides, Evasão Escolar no 3º nível “C” da Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Ferreira Pinto- Apodi-RN, no ano de 2006. Apodi- RN: Faculdade Integrada de Patos> FIP- PB. 2007.